

Uma Cartografia para o Imperialismo

Fazer comentários sobre o Imperialismo nos dias de hoje é, no mínimo, se sujeitar a ser colocado na lista geral dos anacronismos. Anacrônico é o tema. Anacrônico é o autor que a ele se dedica. Anacrônica poderá ser a pecha oferecida à mídia que se atreva a colocá-lo em discussão.

O vínculo proposto pelo título, por sua vez, dá um certo ar de novidade à reflexão (desconheço um outro texto com um título desse tipo) e, apesar da relação quase inquestionável da cartografia com a Geografia e, por sua vez, de um certo mal estar provocado pelas dificuldades que o discurso geográfico classicamente carrega (o que poderia nos levar a identificar que o título como um todo é um anacronismo só), espero que o vínculo proposto leve o leitor a algum tipo de curiosidade.

De qualquer maneira, faz-se necessário evitar identificações fáceis, principalmente aquelas que se relacionam à história recente do movimento socialista e/ou comunista. Por isso, antes que as dificuldades (provocadas pelas associações simplificadoras) se avolumem, quero propor algumas negatividades e positividades que, creio, tenderão a deixar o desenvolvimento temático que pretendo fazer um tanto quanto mais solto, menos carregado dos fantasmas que povoam o tema:

- O presente texto não pretende fazer nem a defesa, nem o ataque aos posicionamentos encontrados no clássico “Imperialismo, fase superior do Capitalismo” de Lênin¹. Não creio que cabe retomar o debate com o objetivo de identificar se, realmente, Lênin era um marxista, se suas posições e presunções são mais ou menos corretas, se suas previsões se concretizaram ou se tudo não passou de uma farsa.
- Mais que isso, não pretendo dialogar diretamente com os posicionamentos desse ou daquele partido político e, nem mesmo, avaliar a justeza ou não da ditadura do proletariado ou temas congêneres.

Dito o que não se pretende iniciemos a lista das positividades:

¹ Fica aqui somente como provocação, já que não é o objetivo desse texto entrar na temática, a constatação de que determinados personagens estruturais da história humana tornarem-se alvo de uma postura de cunho religioso para, no transcorrer dos fatos, serem colocados no banco dos réus como “falsos profetas”.

- Gostaria de deixar claro, de pronto e sem mais argumentos, que assumo a categoria “Imperialismo” como a mais abrangente, direta e contundente para a identificação do Capitalismo e, que, por isso mesmo e da mesma maneira (isto é, sem desenvolver nenhum tipo de argumento), que categorias como Globalização, Mundialização e congêneres não passam de eufemismos e, portanto, ferramentas inadequadas para a discussão que pretendo fazer.
- No contraponto da temática proposta gostaria de deixar claro que entendo a Cartografia como um certo tipo de linguagem gráfica cujo objetivo estrutural é registrar a ordenação territorial dos fenômenos. Neste sentido não se assume aqui esta ou aquela presunção sintática específica – no presente debate, a identidade da linguagem está vinculada, diretamente, com o objetivo da mensagem.

Feitas todas as ressalvas e todos os posicionamentos necessários fica para esta introdução, ainda, a tarefa de explicitar uma intenção: a de que os conceitos, necessários ao entendimento das posições até aqui apresentadas, tornem-se claros no transcorrer do próprio texto, evitando, assim, que para se falar de um assunto tenhamos de nos perder em explicações prévias tão longas que acabam tomando o centro do debate e minimizando o tema que estamos (eu e você, leitor) nos propondo a discutir.

Por que o imperialismo precisa de uma cartografia?

Thompson², ao colocar em evidência o papel do controle mecânico do tempo no controle do processo de trabalho fabril, nos mostrou, com uma evidência cristalina, que o desenvolvimento das forças produtivas é, entre outras coisas, transformações no “modus vivendi” de um povo. A força de seu texto (claro que, neste momento, estou realçando aspectos que interessam, diretamente, ao tema deste artigo), toma toda a sua plenitude quando desvendamos, junto com o autor, o significado dos relógios nas torres dos templos, vigiando as praças para vigiar seus freqüentadores. É com Thompson que aprendemos o significado, para a efetivação da sociedade tal qual hoje a conhecemos, do tempo como valor, do controle do tempo como controle da força de trabalho e, nesse contexto, do

² THOMPSON, E. P. *Tradicion, Revuelta y Consciencia de Classe*. Barcelona: Ed. Critica, 1989.

controle da força de trabalho como condição de expropriação de mais valia e, por fim, com ela, da realização do lucro.

Este texto inspirador foi o ponto de partida para que eu viesse a escrever aquele que eu apresentei à academia na forma de uma Tese de Doutorado e veio a público, anos depois, na forma de um livro publicado pela Editora Unesp³. A reflexão de Thompson foi, assim, revisitada, tendo como centro de referência a categoria “espaço”. A grande questão se desloca, então, do controle do processo de trabalho para o controle da condição do trabalho. Os minutos se tornam metros, o ritmo das máquinas o traçado da planta fabril, os relógios se apresentam na forma de mapas. Assim, da noção de “época” nos deslocamos para a de “lugar” e a historicidade do fenômeno capitalista tomou ali a forma de sua geograficidade.

Não cabe aqui retomar o percurso daquele texto (o tema era, sob muitos aspectos, outro quando comparado ao deste artigo). Trata-se, na verdade, da simples constatação de dois pontos interdeterminantes: em primeiro lugar que a construção do mapa, tal como a do relógio, não tem por objetivo substituir o espaço (ou o tempo) mas, pela sua representação, o de consolidar uma forma de leitura, compreensão e, portanto, de ordenação da ação (como toda linguagem, de fato, realiza)⁴; em segundo, realçar o fato da cartografia que conhecemos ser, como quaisquer outros produtos, historicamente datada e, nesse sentido, deve sempre ser vista como condição e limite, isto é, como condição para o desenvolvimento das ordenações territoriais tais como as conhecemos e, também, como limite para que possamos pensar novas e outras formas de organizarmos nossas vidas.

Assim, olhemos para o mapa, vejamos o que ele nos diz, desvendemos o significado de sua condição (a de ser mapa do e para o imperialismo) e limite (da mesma maneira, em sendo mapa do e para o imperialismo).

Mapa-mundi identificando: continentes, alguns países estruturais tipo USA, Canadá, México, Brasil, Inglaterra, Rússia, Índia, China, Japão, Austrália e África do Sul. Oceanos, Trópicos básicos, alguns meridianos (greenwich)

³ SANTOS, D. A Reinvenção do Espaço. Ed. Unesp, São Paulo, 2002

⁴ POSTMAN, N. *Tecnopólio*, São Paulo, Nobel, 1994

Superemos, rapidamente, para que a leitura do mapa seja profícua, algumas das constatações que já foram alvo da construção de ampla e interessante bibliografia⁵;

- Não se pode deixar de lado, para um primeiro movimento de leitura, o fato de que estamos mais que acostumados a observar o mapa direcionado para o norte. A literatura – seja de caráter constatativo ou denunciativo – sobre este fato, tem se multiplicado mas, para nossos objetivos, bastaria identificarmos que o mapa com o qual nos acostumamos a dialogar pressupõe um sujeito posicionado em Greenwich, dando as costas para o norte e olhando o sul como se ele estivesse “para baixo” ou “à sua frente”. Trata-se, efetivamente, de um mapa feito por ingleses e para ingleses, o que significa que, independentemente do lugar onde se encontra o sujeito leitor, a tendência, será, sempre, a de olhar o mundo com o olhar dos ingleses⁶;
- Um segundo ponto a se observar é que a cartografia contemporânea é, sempre, uma representação gráfica de um mundo visto por um sujeito que se posiciona perpendicularmente ao fenômeno. Como se pode observar na figura, qualquer ponto representado não apresenta nenhum tipo de sombreamento, isto é, o sujeito do mapa é aparentemente ubíquo em relação ao planeta, já que ele é capaz de “ver” tudo perpendicularmente (nada é observado em diagonal), o que nos dá o sentido de neutralidade do sujeito, mesmo que a posição do meridiano principal nos indique claramente a posição central do leitor (tal como observamos no item anterior), o que nos coloca a primeira constatação de que a imagem mostrada pelo mapa-mundi não é possível de ser visualizada por ninguém;
- O terceiro ponto é a projeção, isto é, o recurso geométrico usado pelo cartógrafo para transpor uma imagem originalmente esférica numa representação plana. Considerando que a tendência dos cartógrafos modernos é preservarem as distâncias angulares, dá-se por pressuposto que as áreas representadas nos mapas só são proporcionais ao modelo original (no caso do exemplo da figura 1) na linha do equador. Considerando, assim, que as terras emersas no hemisfério norte estão, mais próximas do pólo. O exagero neste hemisfério é muito superior ao do sul, não havendo possibilidade do leitor desavisado ter uma noção clara das proporções reais

⁵Uma pequena parte da polêmica está indicada na referência bibliográfica do final deste artigo.

⁶ MONMONIER, M. *How to lie with maps*, Chicago: Universit of Chicago Press, 1991

desta distribuição (a experiência de Peters é a mais conhecida no sentido de superar tal dificuldade);

- Um quarto aspecto se refere à dimensão do ecúmeno. Sabemos que uma parte considerável da cartografia produzida pelas civilizações que nos antecederam indicavam explícita ou implicitamente que se tratava de uma representação da totalidade do planeta. Ora, na medida em que a expansão mercantil colocou para os cartógrafos europeus a possibilidade de registrar a existência de novas terras, tal expansão, tipicamente horizontal, parece ter chegado ao fim. Com as imagens de satélite podemos inferir que os mapas que dispomos, quando muito, não registram esta ou aquela ilha, mais em função de problemas com a escala que por desconhecimento de sua existência. Assim, salvo se a noção de ecúmeno sofrer profundas modificações e o habitat humano incorporar, além de territórios submarinos, os planetas e satélites que já temos visitado, atingimos do ponto de vista prático o limite real daquilo que, idealmente, Ptolomeu imaginava ser o mundo habitável.
- Por fim, sempre levando em consideração as necessidades deste artigo, coloquemos o ponto na forma de uma pergunta: quem de nós tem algum tipo de estarrecimento ao observar a presença de mais de duzentos estados nacionais espalhados pelas terras emersas?⁷ Aproveitemos para constatar: as informações contidas num mapa-mundi nos são, se não por este ou aquele detalhe mas pela sua dimensão estrutural, algo de extrema familiaridade e o chamado “mapa político” (que confunde a noção de “política” com a de “distribuição territorial de Estados Nacionais”⁸) é uma representação do mundo tão legítima quando poderia ser qualquer outra que tivesse a idéia de cientificidade como seu fundamento.

Pois bem, imaginemos que os cinco itens apontados desempenhem a contento seu(s) papel (is) – aos que estão habituados a este debate aponta sinteticamente alguns de seus fundamentos, aos não iniciados indique que há um amplo debate em andamento sobre o

⁷ MOREIRA, R. *Espaço: o Corpo do Tempo*. Mimeo. Tese de Doutorado defendida na F.F.L.C.H da USP em 1994

⁸ SANTOS, D. *Imperialismo e Estado*. Mimeo. Dissertação de Mestrado defendida na F.F.L.C.H. da USP em 1991.

qual, considerando sua pertinência e funcionalidade (no mínimo), vale a pena participar – e procuremos responder, diretamente, ao questionamento proposto e seus desdobramentos: afinal, por que o imperialismo necessita de uma cartografia? Antes disso vale perguntar: com base em que se considera que o mapa de referência é um mapa do imperialismo? Para dar sustentação do discurso fica a dúvida: mas de que imperialismo se fala? O que tal categoria identifica? Resolvido esse conjunto de dilemas ficará, então, a pergunta final: de que serve uma cartografia para o imperialismo?

Façamos o percurso da forma como foi delineado.

Comentários rápidos sobre o conceito de imperialismo

Partiremos (e esse deve ser o limite de que tanto falam os articulista sobre o que escrevem) da idéia de que todas as “grandes civilizações”⁹ foram ou são imperialistas e tal pressuposto tem como fundamento a idéia de que a constituição do império deve conter ou executar dois movimentos concomitantes: o primeiro deles é de ordem eminentemente territorial, isto é, o império se constitui pela agregação de novos territórios. Agregar territórios, no entanto, é um movimento completamente vazio de sentido se tal processo não pressupõe a agregação dos povos que ali vivem e a ele dão significados¹⁰. A ampliação do poder, portanto, pouco ou nenhum significado possui se nos restringirmos ao domínio de áreas sem que isso resulte no domínio de processos e condições de trabalho. Tendo tal conceito como ferramental analítico podemos afirmar que a constituição da sociedade de classes e de sua territorialidade (a cidade e o campo)¹¹ é, inexoravelmente, a constituição do estatuto que pressupõe a ampliação da capacidade produtiva, como um amálgama entre o domínio de territórios, povos e processos de trabalho (vale realçar que o que acabou de ser dito não tem o sentido de ser uma listagem mas, sim, identidades criadas pela diferenciação na escala de observação do fenômeno).

⁹ CROSBY, Alfred W. *Imperialismo Ecológico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹⁰ É interessante notar que os mecanismos de conquista foram determinando a configuração territorial dos domínios. A princípio pode-se afirmar que a expansão de cunho imperialista tem a forma da contigüidade territorial e visa construir uma unidade de objetivos na diversidade étnica disponível. O mercantilismo já nos coloca novos elementos para o debate. O avanço sobre os oceanos e a acesso a terras cujos habitantes não ofereciam qualquer tipo de processo produtivo que viesse a interessar, colocou na expansão imperialista a forma quase que absoluta da colonização seguida do genocídio das populações autóctones. A consolidação do poder europeu sobre a África, por sua vez, rompe definitivamente com a contigüidade e coloca na ordem do dia a noção de planejamento no processo de conquista.

¹¹ LEFEBVRE, H. *O pensamento Marxista e a cidade* – Lisboa, Ulisseia 1972

As resultantes desse conceito de imperialismo poderão ser resumidas nas seguintes proposições;

- Na medida em que a expansão territorial de uma civilização, até recentemente, se confundia com a centralidade étnica na definição do poder político, a expressão “imperialismo” se confundiu, não sem razão, com seu sujeito, afinal esta seria a mais evidente identidade material do processo. Esta é a origem de adjetivações como romano, português, espanhol, inglês ou norte americano para identificar o tipo de imperialismo que se quer realçar;
- A expansão capitalista, realizada a partir de ordenações que, de uma forma ou de outra, possuíam suas identidades étnicas, se consolidou no século XX¹² pela perda de tal identidade e a manutenção do domínio tomou, definitivamente a característica de se consolidar sobre territórios libertos organizados sob a forma de Estado-Nacional. É interessante notar-se, portanto, que a expansão do domínio da lógica de uma estrutura produtiva, em nossos dias, prescinde de qualquer tipo de identidade étnica e realça as condições de produção e consumo como identificadores da participação maior ou menor¹³ de cada país no processo de produção e circulação de mercadorias e serviços. O que está em jogo, portanto, é a garantia da realização da lógica interna do processo produtivo. O imperialismo, em nossos dias (mesmo e apesar das resistências do governo atual dos EE.UU.), se confundiu com o ecúmeno e construiu, definitivamente, sua identidade no processo, isto é, trata-se do “imperialismo capitalista”.

O mapa de referência, seus fundamentos e desdobramentos

Há coisas que não precisam e, outras, que não devem ser reescritas. Isso acontece com certos textos que, quando lidos, nos provocaram a tal ponto que não conseguimos pensar no assunto sem que nos venha à memória um determinado autor e suas falas. Creio que é esse o tipo de formulação que chamamos de “clássico”. O texto que vou citar é um caso desse. Deixemos que ele fale por si e depois voltamos ao nosso tema:

¹² Este movimento foi tomando seus primeiros contornos com as guerras napoleônicas, passou pelos movimentos libertadores no continente americano e pelas guerras coloniais na África e teve sua última expressão na expansão e derrota nazi-fascista.

¹³ É justamente nesse sentido que se pode afirmar que expressões como subdesenvolvimento e desenvolvimento não passam de eufemismos.

- A. “*O mundo moderno é hegeliano*. Com efeito, Hegel elaborou e levou até as últimas conseqüências a teoria política do Estado-nação. Afirmou a realidade e o valor supremo do Estado. O hegelianismo possui, como princípio, a ligação do saber e do poder: a legítima. Agora vejamos, o número de Estados-nação não para de aumentar (...). Cobrem a superfície da terra. Admitindo (...) como certo que (...) os Estados-nação não são outra coisa que fachadas e biombo que ocultam realidades capitalistas de maior amplitude (...), essas (...) não deixam de ser (...): em vez de finalidades, instrumentos e referências eficazes. (...) O caráter definido e definitivo do Estado se confirma na consciência política que impõe, quer dizer, em seu caráter conservador e, inclusive, contra revolucionário (qualquer que seja a ideologia oficial, inclusive a “revolucionária”). A partir deste enfoque, o Estado engloba e subordina a si a realidade que Hegel chama ‘sociedade civil’, quer dizer, as relações sociais. Pretende conter e definir a civilização.
- B. *O mundo moderno é marxista*. De fato, (...), as preocupações essenciais dos poderes denominados públicos são: o crescimento econômico(...) e, portanto, a industrialização, a produção. Tal fato coloca problemas para a relação da classe trabalhadora (...) com o Estado-nação, assim como uma relação entre o saber (...) e os poderes que controlam a produção.(...) Em um século a indústria e suas seqüelas têm modificado o mundo, que dizer, os programas políticos, os sonhos e as utopias. Em seus aspectos essenciais o que anunciou e previu Marx.
- C. *O mundo moderno é nietzschiano*. Se alguém desejou ‘mudar a vida’(...) este alguém foi Nietzsche. Se alguém desejou ‘tudo e muito mais’ foi ele. Protestos e contestação surgem de todos os lados contra o estado de coisas. O viver e o vivido individuais se reafirmam contra as pressões políticas, contra o produtivismo e o economicismo (...) (e) o protesto encontra apoio na poesia, na música, no teatro e, também na espera e na esperança do extraordinário, do surreal, do sobrenatural, do sobre-humano. A civilização preocupa muito mais às pessoas que o Estado ou a sociedade. Mesmo que se considere os esforços das forças políticas por afirmarem-se para além do vivido, por subordinar a sociedade e por capturar a arte, esta contém a reserva da contestação, o recurso do protesto. É a isso que se refere o sopro ardente da revolta nietzschiana: a defesa obstinada da civilização conta as pressões estatais, sociais e morais.”¹⁴

Antes peço desculpas ao leitor: tentei reduzir ao máximo a citação mas, como já comentei, trata-se, para mim, de um clássico e sobre clássicos é difícil de se mexer¹⁵. Voltemos ao texto: as proposições de Lefebvre são, de fato, as ferramentas que faltavam para que voltássemos a observar e refletir sobre o mapa-mundi (esse que estamos usando como referência e tantos outros que povoam nossos Atlas e nossa imaginação): na aparente simplicidade de suas linhas o mundo é suas terras emersas, o político é um emaranhado desigual de estados nacionais – os quais, no mapa, possuem

¹⁴ LEFEBVRE, H. *Hegel, Marx e Nietzsche*, Cid. México, Ed. Siglo Veintiuno, 1986 – Tradução para o português feita pelo autor.

¹⁵ CALVINO, I. *Por que ler os clássicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993

nomes e nomes que identificam lugares, lugares que identificam povos, identidades que escondem a diferença e realça o que é hegemônico – e suas capitais, colocando em evidência o fato de que a centralidade territorial das identidades está no urbano, se materializa na forma da cidade – lugar, a princípio, dos gestores e, hoje, das massas proletarizadas e, portanto, mais que o lugar onde se reúne os que mandam trata-se, agora, do lugar onde se realiza o processo que dá sentido e ordenação ao ato de mandar, isto é, a concentração territorial do processo produtivo e dos mercados, redefinindo a velocidade do processo que vai da esfera da produção ao momento da realização do capital.

Dessa maneira poderíamos, perfeitamente, dizer que tal mapa, mais que ser uma representação para o Imperialismo, é a representação do próprio Imperialismo. È aí que, de fato, nos enganaríamos. Se retomarmos o princípio de que o mapa não é a espacialidade que ele representa mas, somente uma representação que nos permite ler os processos sob as regras de uma determinada sintaxe e que seu objetivo é nos mostrar como se ordena uma leitura do mundo e não o mundo propriamente dito, podemos, então, concluir e retomar o que se propôs no título desse artigo: este é o mapa para o Imperialismo pois nele se realça e se coloca como realidade possível, uma noção de território (e, nesse sentido, uma leitura de ordenação topológica do fenomênico) com uma noção do político, do urbano, da distribuição do poder e do significado da diferencialidade (realçando a noção de Estado e deixando sub-entendido a noção de modo de produção).

Assim nos mostrou a história desses discursos geográficos. Se a cartografia dos primórdios do mercantilismo não mostrava o que havia no interior dos continentes porque o mundo deveria ser lido como uma articulação geral de rotas e portos e se, mais à frente, o interior passa a ser detalhado e as escalas de leitura redefinidas para que se pudesse ordenar o processo de colonização e planejamento urbano e, se, no ponto em que nos encontramos, a aparente neutralidade da distribuição territorial dos Estados Nacionais nos mostra a hegemonia consolidada do modo de produção (sem adjetivações pátrias) fica a tarefa, nesse momento, de se reler o território se, com motivos muito diferentes dos daquele que vos escreve, acreditarmos no que Lacoste já nos afirmou nos

anos setenta: “saber pensar o espaço para saber nele se organizar, para saber ali combater”¹⁶.

¹⁶ LACOSTE, Y. *A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988.